

O historiador é um inventor de identidades

Francisco José Alves (*)

Esta é a tese que gostaria de apresentar: *o historiador é um inventor de identidades*. Faz parte do ofício de historiar contribuir na construção destes *artefatos culturais* que são as identidades coletivas. O historiador imita Deus: é um criador de entidades que povoam nossa razão, nossos afetos, nossos desejos. Brasil, Nordeste, Aracaju, ... São Cristóvão, são em grande medida, criaturas gestadas pela imaginação de historiadores brasileiros, nordestinos, sergipanos.

Falar da historiografia como invenção de identidades não implica em fazer dela uma impostura. Invenção não é igual à ilusão. Ninguém duvida que o carro ou o computador são invenções. O homem os criou num momento da aventurosa história da humanidade. As invenções, uma vez criadas, ganham realidade efetiva. O Brasil foi inventado, em grande medida, pela historiografia do século passado. No entanto, até onde sei, ninguém, em sã consciência, toma o Brasil como ilusão, fantasmagoria, falsidade. A nossa pátria tornou-se realidade. É uma categoria com a qual vivemos, pensamos e, também, *pa-de-ce-mos* pois muitas vezes é doloroso ser brasileiro.

O mesmo se diga da nossa *caríssima* identidade nordestina. Vivemos a "*nordestinidade*" como algo natural, a-histórico, canônico, indispensável. Entretanto, tal identidade é uma *invenção recente*, forjada nos anos trinta deste nosso século. O Nordeste, em grande medida, é uma invenção do historiador Gilberto Freire e dos regionalistas. É isto que mostra o magistral estudo do prof. Dr. Durval Muniz Albuquerque, *A invenção do Nordeste e outras artes*. (SP: Cortez, 1999). O trabalho é uma desmontagem cuidadosa da invenção da região enquanto categoria geográfica, antropológica, existencial, turística etc. Mostra como o Nordeste *veio a ser*, tornou-se realidade efetiva.

Vejamos: o que vem a ser identidade? Um dicionário da língua portuguesa define o termo: "caracteres *próprios e exclusivos* de uma pessoa: nome, idade, estado, profissão, sexo, defeitos físicos, impressões digitais etc.". (Ferreira, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. 2ª ed. RJ: Nova Fronteira, 1986. p. 913).

Notem que, conforme o dicionarista, o termo remete a pessoas. O verbete não contempla o vocábulo como atributo de unidades coletivas: país, região, cidade, local, etc. Seja como for, aplicado a pessoas ou a coletividades, identidade é a reunião dos traços *próprios e exclusivos* de um ser individual ou coletivo. Assim, por exemplo, a identidade brasileira é o conjunto de peculiaridades do Brasil, aquilo que o distingue dos outros países, o que faz do Brasil, *Brasil*.

O historiador, com as suas construções, fornece às coletividades meios pelos quais elas possam diferenciar-se das demais. Neste aspecto ele contribui na tarefa identitária da diferenciação entre "nós" e os "outros". Oferece às comunidades um repertório peculiar onde elas se reconhecem como portadoras de um passado *próprio e exclusivo*. A história de cada coletividade é, em síntese, este conjunto de atributos diferenciadores; aquilo que a faz distinta das demais. Assim, a escrita histórica é um inventário das diferenças entre os povos e as culturas. Um repertório exaustivo, infundável.

As identidades coletivas, gestadas pelos historiadores, são *artefatos culturais* e não coisas naturais ou criações divinas. São *construções* humanas e não meras *constatações*. É claro que as identidades inventadas pelos historiadores não são pura ficção, como na literatura. Elas se baseiam nas evidências deixadas pelo passado. Tem lastro empírico, nas chamadas *fontes históricas*. No entanto, a matéria-prima (as evidências) não determinam o feitio do produto final (o escrito histórico). Do mesmo modo, o tijolo inicial não predetermina a configuração final da casa. Perscrutando a documentação o genial Gilberto Freire (1900-1987) viu no Brasil uma "democracia racial" ao passo que outros enxergam nele o *mais cruel e insidioso regime racista*.

A história da escritura histórica ou da historiografia pode ser pensada como sendo uma sucessão infinita de interpretações conflitantes. Cada uma delas inventa uma identidade, elege no passado traços "próprios" e "exclusivos" da identidade brasileira. Cada historiador forja um perfil singular da

brasilidade, do que é ser brasileiro. Trocam-se as lentes e muda-se a paisagem; o passado se configura de outro modo, com contornos e tons distintos.

Algumas identidades construídas pelo historiadores ganham, com o tempo, foros de “verdade canônica”. Elas se tornam desafios para aqueles que querem inventar outras possibilidades, outras alternativas, enfim, outras identidades. Assim, o passado é território de luta. Que imagem queremos da história brasileira? Em que retrato do passado nos reconhecemos? Na condição de *artífice* de identidades coletivas o historiador participa das lutas do presente. O presente decide que passado queremos ou, necessitamos. A memória é objeto de disputas. Que nomes possuem as nossas cidades, praças, ruas e avenidas?

No plano local, que identidades os historiadores atribuem a Sergipe? Qual o perfil da nossa cultura? Temos um rosto singular com marcas próprias? Opções se impõem. A história tanto pode pensar Sergipe como um apêndice baiano, “o quintal da Bahia” no motejo soteropolitano ou, ao contrário, enfatizar as nossas singularidades, nossos caracteres peculiares. Os historiógrafos tanto podem acentuar a minoridade do estado (menor unidade da federação) quanto a importância de Sergipe enquanto “centro exportador de cérebros”, pequena província berço de grandes intelectuais.

Temos às mãos grande responsabilidade: escrever uma história que nos *conforte* ou, muito pelo contrário, uma história que nos *inquieta*. A decisão... nunca é tranqüila.

Um filósofo escreveu a propósito das “verdades canônicas” com os quais se debate o historiador: “Em qualquer esforço de conhecimento tropeçamos em palavras petrificadas, eternizadas, e o choque quebrar-nos-á mais depressa as pernas do que a palavra”. (Nietzsche, F. W. *Aurora*. Porto: Rés, 1983. p. 37. § 47). Historiadores empenhados na *desconstrução*, na *desmontagem* de identidades canoni-

zadas pelo uso e pelo tempo precisam ter fortes canelas. Caso contrário, correm risco. As criaturas dos historiadores, uma vez criadas, ganham fortaleza e se impõem, cheias de direito a existência.

O historiador está condenado a ser um inventor por um motivo essencial do seu ofício: escrever a história é atribuir sentidos. Não se escapa a este imperativo. A linguagem compromete o pesquisador totalmente. Não é possível escapar dela. Como historiar sem fazer uso da linguagem? O significado não é um atributo intrínseco do material tratado, é atribuído pelo pesquisador. Afinal, “descobrimto” do Brasil, “achamento”, “invasão” ou “encontro de culturas?”. Não se trata de simples troca de etiqueta lingüística. “achar” e “invadir” são coisas dolorosamente distintas.

O historiador, à semelhança do demiurgo platônico, cria o passado a partir das fontes, *mas* o faz por meio dos artifícios *mágicos* da linguagem. E não há como escapar disto... salvo, no silêncio. O historiógrafo não pode abrir a boca ou tomar a pena sem vê-se *enredado* no universo polissêmico da linguagem.

¹ Intervenção na mesa redonda “Historiografia e Identidade” da V Semana de História — São Cristóvão, 11 jan. 2000.

(*) Doutor em História Social pela UFRJ, mestre em Antropologia pela UNB e professor do Departamento de História da UFS.